

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Projeto de iniciativa popular para punir responsáveis pelo desvio de emendas parlamentares



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Integrantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) começaram a recolher assinaturas para um projeto de iniciativa popular no Congresso Nacional com o propósito de criar medidas para responsabilizar parlamentares por eventuais irregularidades detectadas na execução de emendas. A ideia é vincular diretamente o CPF do deputado ou senador à emenda parlamentar de sua autoria. Dessa forma, se o dinheiro for desviado, ele será responsabilizado. O advogado Melillo Dinis, diretor do MCCE, afirma que a intenção é recolher 5 milhões de assinaturas para o projeto. O MCCE foi um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, que também tem origem em projeto de iniciativa popular.

Copycat

A história dos homicídios de pacientes no Hospital Anchieta lembra o filme *O Enfermeiro da Noite*, drama da Netflix, de 2022. Por trás de um profissional que parecia tão gentil e dedicado, havia um assassino cruel. O pior é a suspeita de que outras maldades podem ter sido cometidas, e a responsabilidade não foi comprovada. Baseado em uma história real.

Prestação de contas

Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa, o deputado distrital Eduardo Pedrosa (União) pretende promover no início dos trabalhos deste ano uma reunião com o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza (foto), para que seja apresentado um balanço da gestão nas últimas semanas. Souza fez um compromisso com os deputados distritais de mantê-los informados sobre o andamento da auditoria contratada pelo BRB e sobre as medidas adotadas na crise com o Banco Master.



Minervino Júnior/CB

Ed Alves CB/DA Press



Equilíbrio das contas públicas

O governador Ibaneis Rocha reuniu secretários e presidentes de empresas públicas, ontem, na Residência Oficial de Águas Claras, e anunciou a publicação de um decreto de programação orçamentária e financeira para 2026. Qualquer despesa extra passa pelo crivo do governador e do secretário de Economia, Daniel Izaias de Carvalho.

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press

Divulgação/TCDF



Conselheiros do TCDF tomam posse na nova mesa diretora da Atricon

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) terá uma nova mesa diretora para o biênio 2026-2027, e os conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) André Clemente e Renato Alves Rainha passarão a ocupar cargos na entidade. Clemente assumirá a Diretoria de Inovação e Tecnologia. Já Renato Rainha, que também coordena a Rede InfoContas, será diretor de Desenvolvimento do Controle Externo. A cerimônia de posse será em 25 de fevereiro, às 10h, no auditório Ministro Pereira Lira, do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília.

Divulgação/CLDF



Reajuste nos benefícios e concurso

A Câmara Legislativa concedeu reajuste de 3,90% nos valores do auxílio-alimentação e do auxílio pré-escolar pagos aos servidores, comissionados e também aos próprios deputados distritais. Os benefícios passaram a ser de R\$ 2.010 para o auxílio-alimentação e R\$ 1.277 para o auxílio pré-escolar. Quem se interessar deve ficar atento: a Câmara Legislativa estuda realizar concurso neste ano.

Reprodução/Instagram



Caminho de Bolsonaro

O senador Izalci Lucas (PL-DF) se prepara para se encontrar com o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) na caminhada de Minas a Brasília em protesto contra as prisões relacionadas ao 8 de Janeiro e contra a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro. Izalci deve se juntar ao grupo na divisa com o Distrito Federal. Nikolas iniciou a trajetória na última segunda-feira, em Paracatu (MG), e deve chegar a Brasília no próximo domingo, depois de percorrer, a pé, 240 km.

Receio

Depois do reajuste concedido às forças de segurança, o temor na área de finanças do GDF é de eventuais pressões de servidores públicos por aumento salarial em pleno ano eleitoral. Justamente num momento em que o governo precisa equilibrar despesas.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

»Entrevista | EDUARDO PEDROSA | DEPUTADO DISTRITAL (UNIÃO BRASIL)

“Não haverá redução do orçamento”

Ao CB.Poder, parlamentar afirmou que áreas como saúde, segurança e educação não terão cortes em razão da crise envolvendo o BRB

» CARLOS SILVA

Em meio a incertezas envolvendo a relação entre o BRB e o Banco Master, o deputado distrital Eduardo Pedrosa (União Brasil), presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa (CLDF), defendeu cautela, responsabilidade fiscal e rebateu especulações, ontem, em entrevista ao CB. Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília. Aos jornalistas Ana Maria Campos e Ronayre Nunes, o distrital avaliou o cenário de segurança econômica e detalhou o papel da CLDF na fiscalização do caso, que repercute no tabuleiro político em ano eleitoral.

Nos últimos dias, surgiram notícias de que a situação fiscal do DF talvez não esteja tão confortável quanto se imaginava. Como o senhor avalia esse cenário?

Quando o governo fala em controlar as contas, em regular gastos, está buscando ter responsabilidade com aquilo que ele pode fazer ao longo do ano. Sempre que entramos em um novo ano, como o atual, diante de um cenário de incerteza e insegurança nacional e local,

naturalmente precisamos ter uma visão mais pessimista das coisas.

O Distrito Federal também é impactado pela incerteza em torno do Banco Master e pela relação que o BRB teve com a instituição. Caso seja necessário um aporte de recursos — fala-se em até R\$ 4 bilhões —, o GDF teria condições de fazê-lo? De onde sairia esse dinheiro?

O GDF tem uma saúde financeira diferenciada em relação a outros estados do Brasil. Tem patrimônios de grande valor e ativos importantes. Mas tudo isso ainda está no campo da especulação. Enquanto ficar no campo especulativo, é difícil falar com precisão.

Caso esse aporte aconteça, pode afetar áreas essenciais, como saúde, educação e segurança?

O próprio governador deu uma declaração dizendo que não haverá redução nos orçamentos da saúde, da educação ou da segurança pública. Inclusive, houve reajustes consideráveis para as forças de segurança no último ano, mostrando o compromisso do governo com essa área. Mas é ruim trabalhar com hipóteses. É melhor trabalhar com aquilo que

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



é real. Vamos aguardar os próximos meses, quando teremos informações corretas.

Como presidente da Comissão de Orçamento, de que forma o senhor avalia a atuação dos mecanismos de fiscalização desde o início da relação entre o BRB e o Banco Master até agora?

As especulações são muito perigosas. Desde o início, quando cheguei à Câmara a necessidade de votar um novo presidente para o BRB,

tentamos agir com a maior celeridade possível. Em um cenário de crise, com informações descontraídas, não podemos ter uma instituição como o BRB sem um presidente. Fizemos a análise do currículo, uma batatina responsável, para colocar alguém que pudesse responder pela instituição. A ideia sempre foi garantir a credibilidade do banco.

A Câmara tem algum compromisso formal de acompanhamento desse caso?

É preciso separar o que é real do que tem fundo político. Existem

um dos compromissos assumidos pelo presidente do BRB conhecido, na Comissão de Orçamento, é que em fevereiro ele fará uma primeira prestação de contas. Assim que sair o resultado da auditoria, seremos informados para poder atuar, contribuir, fiscalizar e, se necessário, buscar responsabilizações.

No ano passado, a CLDF aprovou a autorização para negociação envolvendo o Banco Master. Hoje, olhando para trás, houve falhas nesse processo?

Existe uma narrativa equivocada de que a Câmara aprovou a compra de um banco pelo outro. A Câmara não tem essa prerrogativa. O que nós aprovamos foi uma autorização para negociação. A aquisição só poderia ocorrer após a aprovação do Banco Central do Brasil. Se o Banco Central negasse, o processo morreria. O que se discute, hoje, é a aquisição de títulos, algo que nunca passou pela Câmara.

Esse debate acontece em um ano eleitoral. Como o senhor avalia o impacto político desse caso?

É preciso separar o que é real do que tem fundo político. Existem

adversários que usam todo tipo de ferramenta para chegar ao poder. Nossa papel é representar a população. Apoiamos o governo, quando acreditamos nas ações, e fiscalizamos quando é necessário. Acredito que o governo vai trazer informações para que possamos opinar com responsabilidade.

O cenário com Celina Leão candidata ao Palácio do Buriti e Ibaneis Rocha ao Senado está consolidado? O União Brasil aceita essa composição?

Acredito que sim. Claro que na política tudo pode mudar, mas existe uma construção coletiva muito sólida sob a liderança do governador. Tenho uma grande relação com ele e, se for candidato ao Senado, estarei apoiando e seguindo a orientação para apoiar a vice-governadora Celina Leão. Acredito que o DF precisa de continuidade para concluir o que já foi iniciado.



Confira o CB.Poder na íntegra